

DESENVOLVIMENTO, POBREZA E DESIGUALDADES SOCIAIS NO BRASIL

 <https://doi.org/10.56238/arev7n3-035>

Data de submissão: 04/02/2025

Data de publicação: 06/03/2025

Marcia Antunes Rocha

Discente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional-PPGDR/UTFPR

E-mail: marciaarocha28@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8267-4751>

Luís Carlos Ferreira Bueno

Doutor em Ciência da Computação pela UTFPR

E-mail: lcfb@utfpr.edu.br

ORCID: <http://lattes.cnpq.br/4243551773071823>

Maria de Lourdes Bernartt

Doutora em Educação pela Unicamp

E-mail: marialbernartt@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8267-4751>

Miguel Ângelo Perondi

Doutor em Desenvolvimento Rural pela UFRGS

E-mail: perondi@utfpr.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4382-4571>

Sérgio Paes de Barros

Doutor em Psicologia Social e do Trabalho pela USP

E-mail: sergiobarros@utfpr.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1891-7103>

RESUMO

Este estudo tem por objetivo trazer um panorama das desigualdades e pobreza no Brasil. A análise de dados, referente pobreza e a desigualdade social deu-se a partir do “Relatório do Observatório Brasileiro das Desigualdades de agosto de 2023”. Constatou-se pelo Documento, que as desigualdades e a pobreza continuam altas no Brasil, sobretudo as raciais, de gênero e sociais. As pessoas negras estão em desvantagem em relação a outros grupos, principalmente na insegurança alimentar; precariedade na educação; baixa renda; elevadas taxas de homicídios; escassez de saneamento básico. Portanto, o Brasil deve persistir na implementação das políticas públicas, atendendo à necessidade contínua de promover cidadania, dignidade, segurança e proteção. É fundamental adotar uma abordagem democrática e radical para redistribuir renda, riqueza, poder e assegurar o acesso ao Estado.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Desigualdade Social. Pobreza.

1 INTRODUÇÃO

A pobreza tem sido problematizada ao longo da história da humanidade, estando presente em todas as sociedades, desenvolvidas ou não, e em todos os regimes políticos. Conforme defendido por Amartya Sen, em seu livro “Desenvolvimento como Liberdade”, o dinheiro – a riqueza - deve ser encarado como um meio e não um fim para o desenvolvimento de uma sociedade em que exista menos casos de pobreza e escassez. (SEN, 2010).

Os caminhos para o combate à pobreza são diversos, abrangendo desde a entrega de uma renda mínima que dê condições a subsistência das famílias, até o acesso a políticas sociais que deem suporte a saída da situação de escassez extrema. Os determinantes da pobreza não se reduzem à falta de recursos/renda, estando, portanto, relacionados à falta de capacidades que permitam que as pessoas escolham o próprio destino e o seu bem-estar social (SEN, 2010).

No Brasil é grande o espaço que separa os ricos e pobres, mesmo considerando que os índices oficiais não descrevem todos os dados da concentração de riqueza dos mais ricos. Os 0,01% mais ricos do Brasil possuem uma riqueza acumulada e líquida de dívidas de R\$ 151 milhões em média. Os 10% mais ricos obtinham, em 2022, um rendimento médio mensal *per capita* 14,4 vezes maior do que os 40% mais pobres. Do mesmo modo, cerca de 7,6 milhões de brasileiros vivem com uma renda domiciliar *per capita* mensal menor do que R\$ 150,00 (RELATÓRIO DO OBSERVATÓRIO BRASILEIRO DAS DESIGUALDADES, 2023)¹.

A partir do quadro exposto, este estudo tem por objetivo trazer um panorama das desigualdades no Brasil, cuja análise de dados deu-se a partir do “Relatório do Observatório Brasileiro das Desigualdades de agosto de 2023”.

Furtado insistia que as frentes para o empreendimento de ações capazes de transformar totalmente o Brasil eram diversas e não uma ou outra hegemonicamente. Em sua obra “A Reconstrução do Brasil” Furtado (1999a), destaca algumas frentes que deveriam ser destacadas. Uma das frentes sugerida foi demonstrar que sua preocupação estava em conformidade, há muito tempo, com as ideias de Amartya Sen. Furtado dizia que uma das frentes deveria ter como objetivo,

[...] reverter o processo de concentração patrimonial e de renda que está na raiz das distorções sociais que caracterizam o Brasil. Nosso país se singulariza por dispor de considerável potencial de solos aráveis não aproveitados, fontes de energia e mão de obra sub ocupada.

¹ Este relatório é o primeiro produto do Observatório Brasileiro das Desigualdades. Ele traz uma seleção de 42 indicadores, organizados em oito temas e compilados a partir de fontes de dados públicas e reconhecidas. Ele é fruto de um processo de seleção e cálculo de indicadores coordenado por um grupo de trabalho formado por organizações que compõem o Pacto, com apoio técnico do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap). A dinâmica envolveu a sugestão de indicadores relativos às agendas prioritárias dessas organizações, a partir dos quais foi consolidada uma lista de indicadores prioritários nos diferentes temas. /<https://cdn.brasildefato.com.br/documents/15cb78c372830623b8fe23e1f18e2412.pdf>. Acesso 23 ago. 2024.

[...]. Ao mesmo tempo, abriga dezenas de milhões de pessoas subnutridas e famintas. Esse é um problema de natureza política, e não propriamente econômica, como bem demonstrou Sen. Esse autor demonstra com clareza que o problema das fomes epidêmicas e da pobreza endêmica em amplas áreas do mundo atual não seria resolvido mediante o aumento da oferta de bens essenciais nos países concernidos. É o que ele [Sen] chamou de enfoque da habilitação. Para participar da distribuição da renda social, é necessário estar habilitado por títulos de propriedade e/ou pela inserção qualificada no sistema produtivo. O que está bloqueado em certas sociedades é o processo de habilitação (FURTADO, 1999a, p. 11).

Percebe-se, nesta perspectiva do desenvolvimento do fator humano, que Furtado se aproximava das posições defendidas por Sen.

A ligação entre investimento social e o fim da pobreza é muito forte. Funciona direta e indiretamente. A forma direta que quero enfatizar é que, quando se gera mais educação, mais saúde, isso em si é uma eliminação da pobreza, pois pobreza não é apenas baixa renda, também é analfabetismo, também é não ter tratamento médico quando necessário. E ao dar isso, contribui-se diretamente para a eliminação da pobreza. Em segundo lugar, com a expansão da educação e a maior empregabilidade de pessoas com mais educação, alfabetizados, em vez de analfabetos, segundo grau, em vez de primário, educação superior, em vez de segundo grau, todos esses níveis, você pode aumentar a qualidade dos recursos humanos envolvidos. Você está contribuindo não apenas com o crescimento econômico, mas também com um sistema mais compartilhado de crescimento econômico. Se as oportunidades econômicas forem mais compartilhadas, os frutos do crescimento econômico também serão (SEN, 2001, p. 12).

Na compreensão de Furtado (1992), só com distribuição de riqueza e renda é que uma sociedade pode conseguir que “a capacitação política se difunda no corpo social, abrindo caminho às formas pluralistas de organização do poder que estão na base dos regimes democráticos [...]” (Furtado, 1992, p. 55). Para Sen (2001), o problema da desigualdade apresenta múltiplos enfoques, entre elas a pobreza. O autor recomenda que, em vez de medir a pobreza pelo nível de renda, calcule-se o que o indivíduo pode realizar com essa renda a fim de se desenvolver, levando-se em consideração que essas realizações oscilam de um indivíduo para outro e de um lugar para outro.

2 METODOLOGIA

Para apresentar um panorama abrangente das desigualdades no Brasil, utilizamos o **Relatório do Observatório Brasileiro das Desigualdades de agosto de 2023**. Este relatório forneceu uma análise detalhada de seis diferentes aspectos, cada um abordado por um instituto de pesquisa especializado:

1. **Insegurança alimentar:** Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (PENSSAN).
2. **Analfabetismo:** Ação Educativa; Instituto Paulo Montenegro.

3. **Rendimento médio de todas as fontes e taxa de desocupação:** Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD).
4. **Desigualdades urbanas e acesso a serviços básicos:** Fundação João Pinheiro; Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc).
5. **Abastecimento de água, coleta de esgoto e coleta de lixo:** Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS).
6. **Mortes violentas entre jovens por raça/cor.** Fórum Brasileiro De Segurança Pública.

3 RESULTADOS

3.1 INSEGURANÇA ALIMENTAR

De acordo com a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimenta (Penssan), entre novembro de 2021 a abril de 2022, no Brasil, 30,7% das famílias viviam em insegurança alimentar moderada e grave. Dentre esse grupo estão aproximadamente 9% das famílias, ou seja, 33 milhões de pessoas que estavam em situação de fome (PENSSAN, 2022).

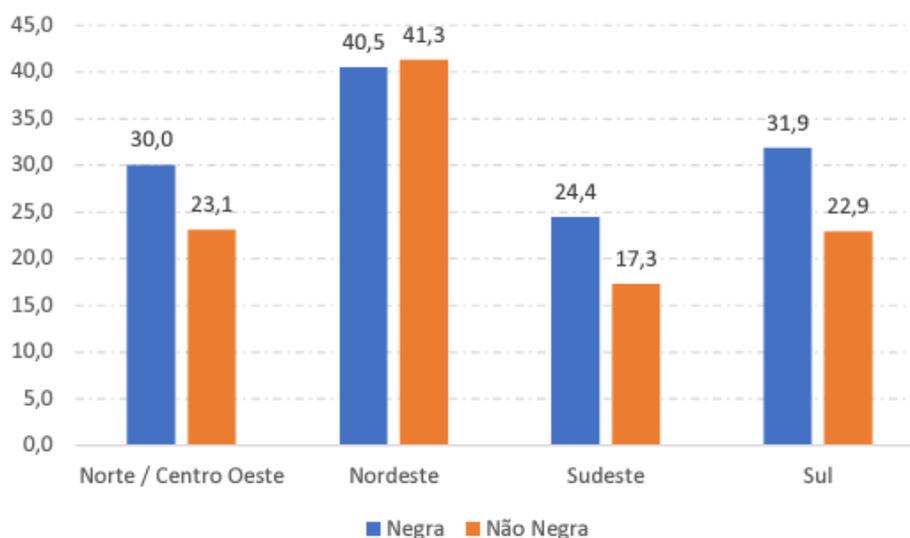
Em termos das desigualdades regionais, os maiores valores são da região Norte (45,2% de famílias em situação de insegurança alimentar moderada e grave) e Nordeste (38,4%). Em 6 Unidades federativas (UF), mais da metade da população estava nesta situação: Alagoas (54,9%), Piauí (54,3%), Ceará (52,6%), Pará (52,4%) e Maranhão (51,1%). (PENSSAN, 2022).

As desigualdades raciais são indiscutíveis. Ou seja, a fome afeta mais as pessoas negras: 41,7% das famílias cuja responsável é mulher negra passavam por insegurança alimentar moderada e grave no período (entre novembro de 2021 a abril de 2022), sendo que, entre aquelas famílias chefiadas por homens brancos e amarelos, a proporção era de 16,3%. Em três Estados, a proporção de famílias em insegurança alimentar moderada e grave cujas responsáveis eram mulheres negras passam dos 60%: Alagoas (64,6%), Piauí (63,9%) e Pará (62,2%) (PENSSAN, 2022).

3.2 ANALFABETISMO

O Indicador de Alfabetismo Funcional (Gráfico 1), busca caracterizar as habilidades cognitivas da população entre 15 e 64 anos por meio da aplicação de uma pesquisa amostral, embasada em teste cognitivo que mede a “leitura e interpretação de textos” (INSTITUTO PAULO MONTENEGRO, 2018, p. 4). A partir dos resultados do teste, desenvolve-se uma escala de proficiência, na qual os analfabetos funcionais agrupam aqueles que são totalmente analfabetos ou possuem um nível rudimentar de proficiência (PACTO NACIONAL PELO COMBATE ÀS DESIGUALDADES, 2023).

Gráfico 1 - Taxa de analfabetismo funcional da população entre 15 e 64 anos, por cor ou raça, segundo grandes regiões



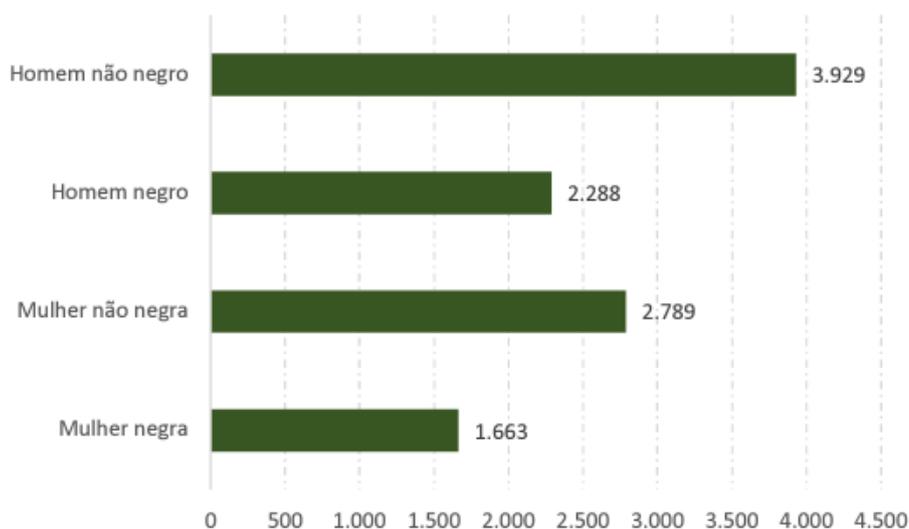
Fonte: Ação Educativa; Instituto Paulo Montenegro (2018).

Os resultados da pesquisa (Figura 1), indicam que aproximadamente 3 em cada 10 brasileiros são analfabetos funcionais, comprometendo bastante a sua capacidade de inserção social. Além disso, segundo a pesquisa, quem ganha até um salário mínimo por mês, o valor sobe para quase 5 em 10 (48,3%). A análise do indicador revela, do mesmo modo, fortes contrastes quando combinamos as desigualdades regionais e as de gênero e raça/cor: enquanto entre as mulheres não-negras (brancas e amarelas) do Sudeste o valor é de apenas 13,9%, entre os homens negros do Nordeste, sobe para 47,7%. Apesar do Sudeste ter a menor proporção de analfabetos funcionais, 21,7%, entre quem ganha até um salário mínimo, a proporção sobe para 51,4% (AÇÃO EDUCATIVA; INSTITUTO PAULO MONTENEGRO, 2018).

3.3 RENDIMENTO MÉDIO DE TODAS AS FONTES E TAXA DE DESOCUPAÇÃO

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), em 2022, o rendimento médio real de todas as fontes da população brasileira era, a preços médios daquele ano, de R\$ 2.607 (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Rendimento médio mensal real de todas as fontes, a preços médios de 2022, por sexo e cor ou raça. Em R\$, preços médios de 2022



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, acumulado de quintas visitas. 2022.

A média nacional (Figura 2), revelou importantes e constantes desigualdades na desagregação regional, por gênero e raça/cor e, especialmente, na combinação entre os atributos. Os dados indicam uma desvantagem de rendimentos de acordo com o sexo: as mulheres ganham, em média, apenas 72% dos que os homens ganham. Essa proporção é ainda menor em algumas regiões, tais como Aracaju (SE), onde as mulheres ganham apenas 64,2% do rendimento dos homens; Vitória (ES), 65,1%; Teresina (PI), 65,6%; e Natal (RN), 66,1%. (IBGE - PNAD, 2022).

3.4 DESIGUALDADES URBANAS E ACESSO A SERVIÇOS BÁSICOS

O *déficit* habitacional no Brasil é calculado pela Fundação João Pinheiro a partir das informações sobre as características dos domicílios com dados do Censo Demográfico ou da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc). A estimativa é feita a partir de um conjunto de características dos domicílios que são calculados a partir de três componentes, conforme elencado no quadro 1, a seguir.

Quadro 1 - Déficit habitacional no Brasil

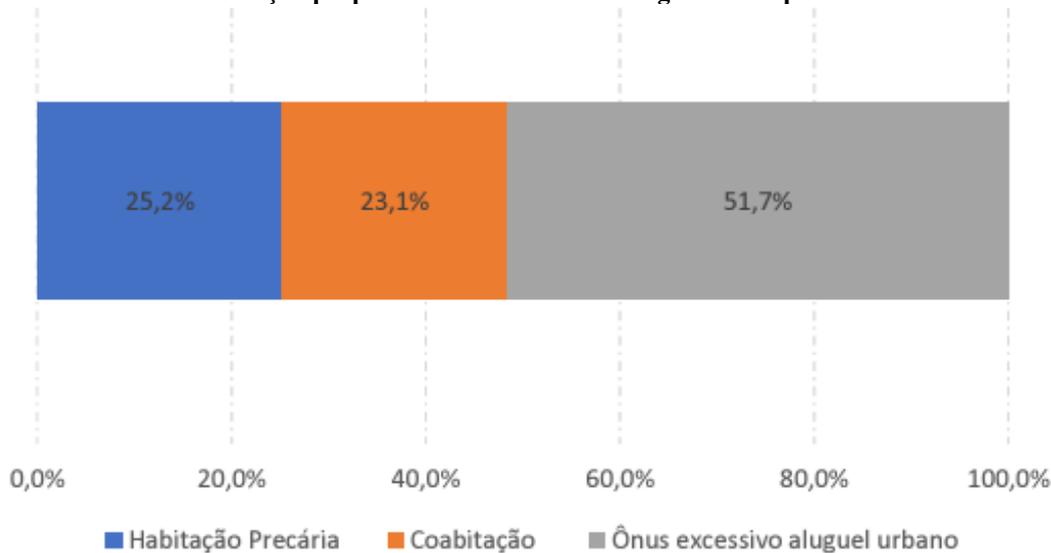
| | |
|-------------------------------|---|
| I. Precariedade habitacional, | Consiste na soma entre domicílios improvisados e domicílios rústicos. Os improvisados são definidos como locais construídos sem fins residenciais que servem como moradia. Já os rústicos são feitos em material precário, sem alvenaria ou madeira aparelhada, que, por sua condição de insalubridade, resultam em desconforto ou risco de contaminação por doenças; |
|-------------------------------|---|

| | |
|-----------------------|---|
| II. A coabitação | Caracterizada como a presença de famílias conviventes com uma densidade de mais de duas pessoas por cômodo servindo como dormitório ou, ainda, situações em que as famílias residem em um único cômodo; |
| III. O ônus excessivo | Com aluguel ocorre nas situações em que o comprometimento da renda familiar (com renda domiciliar de até 3 salários-mínimos) com aluguel corresponde a mais de 30% da sua renda. |

Fonte: adaptado de Fundação João Pinheiro 2022

A estimativa do *déficit* habitacional é a somatória dos três, que são mutuamente excludentes e que totalizam, no Brasil, 5,8 milhões de domicílios ou 8,4% do total de domicílios no país. O principal componente do *déficit* é o ônus excessivo com aluguel, que correspondia, em 2019, a 51,5% do seu total, somando 3,07 milhões de domicílios. (Gráfico 3). Essa condição tem apresentado crescimento contínuo entre 2016 e 2019, puxado pelo crescimento do fenômeno na região Sudeste (IBGE – PNADc, 2022). Em seguida estão os domicílios em habitação precária, totalizando 1,48 milhão ou 24,9%, número próximo da coabitação com 1,412 milhão ou 23,7% do total do déficit (IBGE – PNADc, 2022).

Gráfico 3 - Distribuição proporcional dos domicílios segundo componente do déficit.



Fonte: Fundação João Pinheiro. *Déficit* Habitacional no Brasil. 2019.

Em termos regionais, a região Norte e Nordeste tem os maiores *déficits* em termos relativos, com 13,4% e 9,6% e dos domicílios, respectivamente. As maiores proporções estão nos estados do Amapá (18,5%), em Roraima (15,9%), no Amazonas (15,4%) e no Maranhão (15,8%). Os indicadores apontam, também, que o *déficit* se concentra nas faixas salariais de até 3 salários-mínimos (89,7%) e

em domicílios cujos os responsáveis são pessoas negras (68,7%) e mulheres (59,1%). (IBGE – PNADc, 2022).

3.5 ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E COLETA DE LIXO

As condições precárias de moradia se manifestam também pela ausência de infraestrutura básica. Os indicadores produzidos pelo Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) indicam que o país ainda apresenta expressiva demanda não atendida de coleta de esgoto e, em menor medida, de abastecimento de água e coleta regular de lixo. A presença do serviço de esgotamento sanitário atinge, em nível nacional, apenas pouco mais da metade da população brasileira, 55%, sendo que as regiões Norte e Nordeste, com 13,2% e 29,4% da população atendida, apresentam os piores indicadores. Em termo das UFs, os piores resultados estão nos estados de Rondônia (6%), Amapá (6,8%), Pará (7,5%) e Maranhão (10,8%). (SNIS, 2022).

Em relação ao abastecimento de água, a cobertura no país é de 84,2%, significando que ainda há no país 36,3 milhões de pessoas sem acesso regular a esse serviço. As disparidades regionais são significativas. Se, nas regiões Sudeste e Sul, a proporção da população atendida é de 91,4% e no Centro-Oeste, 89,9%, no Nordeste, fica em 74,7%, e, no Norte, não passa de 60%. Em termos das UFs, os destaques negativos ficam por conta do Amapá, com apenas 32,9% da população atendida; Roraima, com 46%; Pará, 48,5%; e Acre, 50,2% (SNIS, 2022). Já em relação à coleta regular de lixo, a cobertura é de 89,9%, mas Estados como o Maranhão, Rondônia e Piauí apresentam médias significativamente mais baixas, com 71,8%, 73,4% e 74,5%, respectivamente. (SNIS, 2022).

3.6 MORTES VIOLENTAS ENTRE JOVENS POR RAÇA/COR

“As mortes violentas intencionais abrangem homicídios dolosos, latrocínios, mortes por lesão corporal seguida de morte e óbitos resultantes de intervenções policiais, tanto em serviço quanto fora de serviço. A categoria indica o total de vítimas de mortes violentas intencionais em um território específico” (BUENO; LIMA, 2023, p. 24).

De acordo com Fórum Brasileiro de Segurança pública (2022), foram contabilizadas 47.508 mortes violentas intencionais no Brasil em 2022, o que representa uma taxa de 23,4 por 100 mil habitantes. Apesar do valor ter apresentado uma pequena redução em relação a anos anteriores, caracteriza um país violento. E, no que se refere a mortes violentas intencionais, o Brasil apresenta grandes desigualdades raciais, de gênero e regionais.

A análise do indicador da proporção de jovens de 15 a 29 anos vítimas de Mortes Violentas Intencionais por raça/cor deixa bastante evidente que na sua maioria as vítimas foram pessoas negras

(82,2%). Os Estados com maior proporção foram Rio Grande do Norte (95,2%), Amapá (94,6%), Pernambuco (94,6%), Bahia (94,4%), Pará (93,3%) e Piauí (92,6%). Importante destacar que, em alguns Estados, não há registro da raça/cor da vítima: no Maranhão e na Paraíba, não foi informada raça/cor em nenhum dos casos registrados e, no Ceará e Distrito Federal, em mais de 70% deles (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2022).

4 DISCUSSÃO

4.1 INSEGURANÇA ALIMENTAR

Entre novembro de 2021 e abril de 2022, 30,7% das famílias brasileiras estavam em situação de insegurança alimentar moderada e grave, com 33 milhões de pessoas passando fome.

Desigualdades Regionais:

As regiões Norte (45,2%) e Nordeste (38,4%) apresentaram os maiores índices de insegurança alimentar. Em 6 estados, mais da metade da população estava nessa condição, com Alagoas (54,9%) liderando.

Desigualdades Raciais:

A insegurança alimentar afeta mais as pessoas negras. 41,7% das famílias chefiadas por mulheres negras viviam em insegurança alimentar moderada e grave, em comparação a 16,3% das famílias lideradas por homens brancos e amarelos. Em Alagoas, Piauí e Pará, mais de 60% das famílias chefiadas por mulheres negras enfrentavam essa situação.

Esses dados destacam a gravidade da insegurança alimentar no Brasil, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, e a profunda desigualdade racial que influencia quem é mais afetado pela fome. Abordar essas questões exige políticas públicas direcionadas e ações sociais contínuas para mitigar esses impactos.

4.2 ANALFABETISMO

Analfabetismo Funcional:

Aproximadamente 30% dos brasileiros são analfabetos funcionais, afetando sua capacidade de inserção social.

Renda e Analfabetismo:

Entre aqueles que ganham até um salário mínimo, a taxa de analfabetismo funcional sobe para 48,3%.

Desigualdades Regionais e Raciais:

Mulheres não-negras (brancas e amarelas) do Sudeste apresentam uma taxa de analfabetismo funcional de 13,9%.

Homens negros do Nordeste têm uma taxa de 47,7%.

No Sudeste, a taxa geral é de 21,7%, mas entre aqueles que ganham até um salário mínimo, a taxa sobe para 51,4%.

Esses dados refletem profundas desigualdades regionais, raciais e econômicas no Brasil, evidenciando a necessidade de políticas públicas que abordem essas disparidades e promovam a inclusão social e educacional.

4.3 RENDIMENTO MÉDIO DE TODAS AS FONTES E TAXA DE DESOCUPAÇÃO

Desigualdade Salarial por Gênero:

Nacionalmente, as mulheres ganham em média apenas 72% do que os homens ganham.

Desigualdades Regionais:

Em Aracaju (SE), as mulheres ganham apenas 64,2% do rendimento dos homens.

Em Vitória (ES), 65,1%.

Em Teresina (PI), 65,6%.

Em Natal (RN), 66,1%.

Desagregação por Gênero e Raça/Cor:

Essas desigualdades se acentuam quando combinamos gênero e raça/cor, refletindo as múltiplas camadas de discriminação que afetam as rendas das mulheres, especialmente nas regiões mais afetadas.

Os dados evidenciam persistentes desigualdades salariais e regionais que afetam as mulheres no Brasil, especialmente em algumas cidades. Abordar essas disparidades requer políticas públicas eficazes para garantir igualdade de oportunidades e rendimentos.

4.4 DESIGUALDADES URBANAS E ACESSO A SERVIÇOS BÁSICOS

Déficit Habitacional:

O déficit habitacional total no Brasil é de 5,8 milhões de domicílios, representando 8,4% do total de domicílios no país.

Ônus Excessivo com Aluguel:

Este é o principal componente do déficit, correspondendo a 51,5% do total em 2019, o que representa 3,07 milhões de domicílios. Este fenômeno tem crescido continuamente entre 2016 e 2019, impulsionado pela região Sudeste.

Habitação Precária e Coabitação

Habitação precária: 1,48 milhão de domicílios (24,9% do déficit).

Coabitação: 1,412 milhão de domicílios (23,7% do déficit).

Desigualdades Regionais:

Região Norte: 13,4% dos domicílios em déficit.

Região Nordeste: 9,6% dos domicílios em déficit.

Estados com maiores proporções de déficit habitacional: Amapá (18,5%), Roraima (15,9%), Amazonas (15,4%) e Maranhão (15,8%).

Desigualdades Sociais

89,7% do déficit habitacional se concentra em famílias com rendimentos de até 3 salários-mínimos.

68,7% dos domicílios em déficit são chefiados por pessoas negras.

59,1% dos domicílios em déficit são chefiados por mulheres.

Esses dados destacam as profundas desigualdades habitacionais no Brasil, que afetam desproporcionalmente famílias de baixa renda, negras e chefiadas por mulheres. Para enfrentar essa crise, são necessárias políticas públicas inclusivas e ações que visem reduzir essas disparidades.

4.5 ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E COLETA DE LIXO

Infraestrutura Básica Inadequada:

As condições precárias de moradia se manifestam pela falta de infraestrutura básica, especialmente em saneamento, abastecimento de água e coleta regular de lixo.

Coleta de Esgoto:

Apenas 55% da população brasileira tem acesso ao serviço de esgotamento sanitário. As regiões Norte (13,2%) e Nordeste (29,4%) apresentam os piores indicadores, com os estados de Rondônia (6%), Amapá (6,8%), Pará (7,5%) e Maranhão (10,8%) sendo os mais afetados.

Abastecimento de Água:

A cobertura nacional é de 84,2%, deixando 36,3 milhões de pessoas sem acesso regular a esse serviço. Disparidades regionais são significativas, com o Sudeste (91,4%) e Sul (91,4%) sendo melhores atendidos, enquanto o Norte (60%) e Nordeste (74,7%) são menos atendidos. Destacam-se negativamente Amapá (32,9%), Roraima (46%), Pará (48,5%) e Acre (50,2%).

Coleta Regular de Lixo:

A cobertura é de 89,9%, mas estados como Maranhão (71,8%), Rondônia (73,4%) e Piauí (74,5%) têm índices significativamente mais baixos.

Esses dados destacam a necessidade urgente de melhorias na infraestrutura básica em várias regiões do Brasil, especialmente no Norte e Nordeste, para garantir melhores condições de moradia e saúde para a população.

4.6 MORTES VIOLENTAS ENTRE JOVENS POR RAÇA/COR

Mortes Violentas Intencionais:

Em 2022, foram registradas 47.508 mortes violentas intencionais no Brasil, representando uma taxa de 23,4 por 100 mil habitantes. Apesar de uma ligeira redução em relação a anos anteriores, o valor ainda indica um nível significativo de violência.

Desigualdades Raciais:

82,2% das vítimas de mortes violentas intencionais, na faixa etária de 15 a 29 anos, eram pessoas negras. Os estados com maiores proporções de vítimas negras foram Rio Grande do Norte (95,2%), Amapá (94,6%), Pernambuco (94,6%), Bahia (94,4%), Pará (93,3%) e Piauí (92,6%).

Falta de Registro de Raça/Cor:

Em alguns estados, não houve registro da raça/cor das vítimas, como no Maranhão e Paraíba. No Ceará e Distrito Federal, essa informação foi omitida em mais de 70% dos casos.

Esses dados evidenciam a gravidade das mortes violentas intencionais no Brasil e destacam as profundas desigualdades raciais que afetam principalmente a população negra jovem. Políticas públicas eficazes e ações direcionadas são necessárias para combater a violência e reduzir essas disparidades.

5 CONCLUSÃO

As desigualdades e a pobreza continuam altas no Brasil, sobretudo quando confrontamos questões raciais, de gênero e sociais. As pessoas negras estão em desvantagem em relação a outros grupos, principalmente na insegurança alimentar; precariedade na educação; baixa renda; elevadas taxas de homicídios; escassez de saneamento básico. Portanto o país terá que continuar lidando com agenda das políticas públicas, pois há uma necessidade contínua de construção de cidadania, dignidade, segurança e proteção, com radicalidade democrática, e redistribuição de renda, riqueza, poder e acesso ao Estado.

Como salientado por Sen (2010), os caminhos para o combate à pobreza são diversos, abrangendo desde a entrega de uma renda mínima que dê condições a subsistência das famílias, até o acesso a políticas sociais que deem suporte à saída da situação de escassez extrema. Os determinantes da pobreza não se reduzem à falta de recursos ou renda, estando, portanto, relacionados à falta de capacidades que permitam que as pessoas escolham o próprio destino e o seu bem-estar social.

Ainda se referindo a pobreza, Sen (2001), destaca que a ligação entre investimento social e o fim da pobreza é muito forte, funcionando de forma direta e indireta. A forma direta ocorre quando se gera mais educação e saúde. Dessa forma, contribui-se diretamente para a eliminação da pobreza. Em segundo lugar, a expansão da educação e a maior empregabilidade de pessoas mais educadas, pode aumentar a qualidade dos recursos humanos envolvidos. Neste sentido, o Estado estaria contribuindo para um sistema de crescimento econômico mais compartilhado. Se as oportunidades econômicas forem mais compartilhadas, os frutos do crescimento econômico também serão.

Na análise de Amartya Sen e Celso Furtado, o Brasil se caracteriza por dispor de considerável potencial de solos aráveis não aproveitados, fontes de energia e mão de obra subocupada. Ao mesmo tempo, abriga milhões de pessoas subnutridas e famintas. Esse é um problema de natureza política, e não propriamente econômica. Para participar da distribuição da renda social, neste sentido, é necessário estar habilitado por títulos de propriedade e/ou pela inserção qualificada no sistema produtivo.

Portanto, o Brasil deve persistir na implementação das políticas públicas, atendendo à necessidade contínua de promover cidadania, dignidade, segurança e proteção, sendo fundamental a adoção de uma abordagem democrática e radical para redistribuir renda, riqueza, poder e assegurar o acesso ao Estado.

REFERÊNCIAS

- AÇÃO EDUCATIVA; INSTITUTO PAULO MONTENEGRO. (2018). Indicador de analfabetismo funcional (INAF) Brasil. https://acaoeducativa.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Inaf2018_Relat%C3%B3rio-Resultados-Preliminares_v08Ago2018.pdf.
- ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano 17, p. 24–37. ISSN 1983-7364, 2023.
- BRASIL. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2023). Bases de microdados das Secretarias de Segurança Pública e/ou Defesa Social. <https://forumseguranca.org.br/publicacoes/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/>.
- BRASIL. Instituto de Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc). <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html>.
- BRASIL. MapBiomias (2023). <https://brasil.mapbiomas.org/>.
- BRASIL. Ministério da Ciência Tecnologia (2023). <https://www.gov.br/mcti/pt-br>.
- BRASIL. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS, 2024). <https://www.gov.br/cidades/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/saneamento/snis>.
- BUENO, Samira Bueno.; Lima, Renato Sérgio. (2023). Incertezas na medição da evolução das Mortes Violentas. <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/08/anuario-2023-texto-01-incertezas-na-medicao-da-evolucao-das-mortes-violentas-intencionais-no-brasil-desafios-metodologicos-e-dilemas-de-politicas-publicas.pdf>.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (2022). Déficit Habitacional e Inadequação de moradias no Brasil: principais resultados para o período de 2016 a 2019. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. https://fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2020/12/04.03_Cartilha_DH_compressed.pdf.
- FURTADO Celso. Transformação e crise na economia mundial. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FURTADO, Celso.) Reconstrução do Brasil. Praga: estudos marxistas, São Paulo, n.8, p. 9-13. 1999a.
- FURTADO Celso. Ares do Mundo.2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- PACTO NACIONAL PELO COMBATE ÀS DESIGUALDADES (2023). Um retrato das desigualdades no Brasil hoje. Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. CEBRAP. Relatorio-2023-Observatorio-Brasileiro-das-Desigualdades-1 PDF (static.poder360.com.br)
- PINHEIRO, Maurício Mota Saboya. O combate às desigualdades no Brasil: uma análise do discurso oficial em três PPAs selecionados. Boletim de Análise Político-Institucional, n. 16, p. 39-44. 2018. <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8731>

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR (PENSSAN, 2022). II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil: II VIGISAN: relatório final. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN.

<https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2022/10/14/olheestados-diagramacao-v4-r01-1-14-09-2022.pdf>

SEN, Amartya. (Julho, 2001). As mil facetas da pobreza. <https://www.iadb.org/pt-br/noticias/amartya-sen-e-mil-facetadas-pobreza>.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. Tradução Laura Teixeira Mota. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/19539/mod_resource/content/2/CHY%20-%20Sen%20-%20Aula%208.pdf